

NOÇÕES DE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE EM MICHEL FOUCAULT E REINHART KOSELLECK¹

ANA SOUZA SANTANA²

Resumo: No que diz respeito à discussão sobre tempo histórico, o filósofo Michel Foucault, em sua fase arqueológica, evitava operar com quaisquer categorias preestabelecidas metafisicamente, aderindo a uma noção pouco estrutural e mais descontínua do tempo. O historiador Reinhart Koselleck, por outro lado, baseia a sua teoria em estruturas temporais repetitivas e categorias antropológicas inerentes à natureza humana, dando a entender uma noção de tempo marcada por uma perspectiva mais estrutural e contínua. Mas será que estes dois autores são tão díspares quanto aparentam? Este artigo visa entender de que maneira as noções de continuidade e descontinuidade são elementos de grande importância nos trabalhos de Foucault e Koselleck, colocando em questão as concepções de tempo histórico presentes em ambos os autores.

Palavras-chave: Michel Foucault; Reinhart Koselleck; Tempo Histórico; Continuidade.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o historiador Estevão de Rezende Martins (2018), os seres humanos teriam a profunda necessidade em entender como será o decorrer do tempo, afinal, “ideias como a de tempo ou de espaço possuem uma função organizacional na reflexão sobre a experiência do agente racional humano” (MARTINS, 2018, p. 74). Não é à toa que os profissionais no estudo do homem no tempo³, chamados historiadores, têm esse tema como central nas suas pesquisas. Dentre diversas questões que incomodam os historiadores em seu ofício, a discussão a respeito do tempo histórico é inerente às mais variadas reflexões: o que é tempo histórico; qual a importância de pensarmos acerca do tempo histórico; qual a importância do tempo histórico nas narrativas históricas; e por aí vai.

No centro dessas discussões, existem os conceitos de continuidade e descontinuidade do tempo histórico. Um tempo histórico contínuo é marcado pela sistematização da história, ou seja, a criação de perspectivas em que são desenvolvidos categorias e instrumentos de generalização da experiência humana, contando os eventos de maneira ordenada e sequencial. Dessa

1 Pesquisa realizada pelo Projeto de Iniciação Científica (ProIC) do biênio 2019/2020 por meio de bolsa do CNPQ.

2 Graduada em História pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: anadesouzasantana@gmail.com.

3 Esse conceito de história foi cunhado por Marc Bloch em sua obra “Apologia da História” (1949): “A história seria talvez a ‘ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo’” (BLOCH, 2002, p. 7).

maneira, toda e qualquer sociedade seria incluída em determinado sistema, possibilitando uma sensação reconfortante de continuidade em que seria possível visualizar os futuros possíveis. José Carlos Reis (2009) argumenta que essas teorizações acerca do tempo histórico são comuns, já que o tempo é um fenômeno desestabilizador da sociedade e, portanto, esta teria em sua natureza a aspiração da certeza da eternidade e da continuidade.

Um tempo histórico descontínuo, por outro lado, é caracterizado pela negação à linearidade temporal progressiva típica da história tradicional. Uma característica muito comum da descontinuidade temporal é a multiplicidade de tempos existentes em um mesmo período. Como disse Jacques Rancière (2012), um dos maiores formuladores contemporâneos da concepção mais pluralista do tempo, o tempo presente está constantemente se dividindo e se abrindo a novos enlaces com um passado que é, também, frequentemente redividido. Contudo, também existem concepções de tempo histórico que, apesar de serem bem descontínuas, não possuem como centro a multiplicidade temporal, justamente por não serem regidas por nenhum tipo de regra genérica que abranja toda a estrutura de tempo histórico. Nesse sentido, podemos considerar descontínua toda concepção de tempo que não tem em si o apelo por uma trajetória linear, tendo como principal objetivo o de se contrapor a quaisquer categorias que estruturam o tempo enquanto um suporte único e totalizador.

No caso da fase arqueológica de Michel Foucault, por exemplo, que é um dos pensadores acerca do tema que trabalharemos neste artigo, o tempo histórico se formaria de acordo com a singularidade das entidades coletivas abstratas e, principalmente, das formações discursivas de cada sociedade. Isto é, não haveria uma regra genérica ou totalizante que abrangesse toda a sua concepção de tempo – aliás, como veremos a seguir, essa é uma das críticas que Foucault dirige aos historiadores. Por possuir uma obra muito oscilante – para não dizer mutante –, trabalharemos com o período arqueológico de Foucault, momento em que ele era bastante historicista e possuía uma visão quase que completamente descontínua acerca da história como um todo.

Outro pensador que se aventurou na teorização do tempo histórico é Reinhart Koselleck, o qual redigiu os conceitos de camadas temporais e categorias antropológicas para materializar a sua concepção de tempo. Sua teoria acerca do “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” é bem conhecida, mas focaremos com mais intensidade nos conceitos acima explicitados com o intuito de melhor demonstrar a sua tese mais específica sobre tempo histórico. Diferentemente de Foucault, Koselleck formula categorias que podem aparentar uma certa estruturação temporal. Um dos objetivos do artigo, entretanto, é apontar que ambos os pensadores possuem visões descontínuas do tempo, apesar de apresentarem abordagens e argumentações quase que opostas.

De maneira a compreender como as noções de continuidade e descontinuidade são percebidas nos trabalhos de Foucault e Koselleck, lançaremos um olhar geral para os trabalhos que abrangem a temática do tempo histórico de ambos os pensadores. Tendo contextualizado esse debate, portanto, poderemos fazer uma breve comparação entre os dois, demonstrando que talvez eles não sejam tão díspares quanto aparentam.

2. TEMPO HISTÓRICO EM FOUCAULT

Michel Foucault (1926-1984), influente filósofo francês conhecido pelos seus diversos e polêmicos temas na filosofia moderna, aventurou-se no debate acerca do tempo histórico e trouxe uma nova visão à questão. Contudo, ele não somente adentrou no tema, como se tornou um grande crítico do que conhecemos como a narrativa da história tradicional – a “história propriamente dita, a história pura e simplesmente” (FOUCAULT, 2010, p. 6).

A Arqueologia do Saber (1969), obra metodológica em que Foucault procurou explicar o método utilizado em seus trabalhos anteriores, é uma tentativa, também, de dar uma resposta – de acordo com a perspectiva histórica – a questões como: quais são os limites da nossa própria maneira de pensar; e como nós, ocidentais modernos, damos ordens aos fenômenos.⁴ Logo no início do livro, ele deixa clara a sua crítica à história contínua, ou seja, “aquela que constitui o projeto de uma história global” (GOLÇALVES, 2007, p. 2). De acordo com ele, essa história tradicional tem como objetivo encontrar um aglomerado de pontos em comum de uma sociedade ou período, para que, assim, seja traçado o “rosto” de uma época. Contudo, a história não é essa unidade singular em que todos os personagens fazem parte de um grupo homogêneo e o tempo percorre em um desenvolvimento sincrônico.

Pensar a história como uma explicação totalizante que simplifica as diferentes características e individualidades dos personagens e coloca o tempo histórico como uma continuidade, constrói uma narrativa teleológica de temporalidade sequencial, a qual facilitaria a compreensão do tempo presente, assim como a idealização do futuro.

Foucault, em contrapartida, traz em discussão o projeto de uma “história efetiva”. Diferentemente da história dos historiadores tradicionais, a história efetiva tem em seu âmbito a descontinuidade em todos os aspectos:

A história ‘efetiva’ se distingue daquelas dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. Tudo em que o homem se

4 Essa explicação da obra “Arqueologia do Saber” foi dada no livro “Foucault” (1985), de José Guilherme Merquior, na página 35.

apoia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retraçá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isto. É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos conhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. (FOUCAULT, 2008, p. 27)

Se Foucault procura deixar de lado tudo o que se relaciona com continuidade e sequencialidade, como seria a metodologia da história efetiva? E como seria a sua concepção de tempo histórico? A “arqueologia do saber”, como o autor irá chamá-la, toma como ferramenta analítica as formações discursivas; e a sua concepção de tempo histórico é a suspensão de todas as “noções intencionais que justificam o tema da continuidade, tais como gênese, evolução, progresso, desenvolvimento, influência, necessidade, totalidade, espírito de uma época, mentalidade, devir, todos tributários de uma teleologia escatológica” (GONÇALVES, 2007, p. 7).

Na arqueologia de Foucault, os objetos se formam a partir dos discursos, que estão dentro de formações discursivas, as quais, por sua vez, só se formam se seguirem regras predeterminadas de formação. A realidade palpável e material só é criada a partir dos discursos, e, por outro lado, essa realidade só é entendida pelos que aqui vivem por conta das interpretações linguísticas desses mesmos discursos. Nessa lógica, o intuito de Foucault é justamente entender a singularidade das práticas formalizadas por esses discursos, descrevendo as suas condições de emergência e suas regularidades.

Sem querer adentrar muito no tema, o que nos interessa neste trabalho, como já foi observado, é que os discursos só se formam quando submetidos a certas “regras de formação”. Segundo a teoria de Foucault, essas regras eram chamadas de “epistemes” e seriam o único *a priori* de toda a sua arqueologia, ou seja, o único ponto transcendente e que, de certa forma, segue um sistema predeterminado. Contudo, esse *a priori* seria um *a priori histórico*, pois as epistemes são as diferentes regularidades temporais, ou seja, as condições e contextos históricos em que os discursos foram formados:

Uma episteme é o ‘a priori histórico’ que, ‘num dado período, delimita na totalidade da experiência um campo de conhecimento, define o modo de ser dos objetos que aparecem naquele campo, confere poderes teóricos à percepção cotidiana do homem, e define as condições nas quais ele pode sustentar um discurso sobre coisas que é reconhecido como verdade’. (MERQUIOR, 1987, p. 36)

Portanto, podemos observar que não existe uma categoria totalizante que abarque todas as formações discursivas dos seres humanos, já que os discursos seriam formados de acordo com as condições históricas de cada um. Até mesmo os pontos que perpassariam todo o sistema da teoria de Foucault, as epistemes, não trazem uma perspectiva estrutural e conectada a uma origem comum.

A noção de tempo descontínuo para o filósofo em questão, portanto, pode ser entendida como a não existência de uma origem comum aos discursos, conceitos ou práticas:

A noção de descontinuidade tem menos a ver com a simples oposição à linearidade temporal progressiva da história tradicional do que com a recusa ao primado do sujeito e à ideia de que origem metafísica. É a esta recusa à ideia de origem, em seu sentido metafísico, de que há uma verdade única e primeira antes da história, que a noção de descontinuidade se justifica; é a esta figura do sujeito fundante e universal que ela se opõe. (GONÇALVES, 2007, p. 10)

Como podemos perceber, é claro que o filósofo se opunha às visões pautadas em uma trajetória temporal linear, mas a sua noção de descontinuidade baseia-se ainda mais na rejeição de categorias metafísicas que generalizariam toda e qualquer experiência humana. No contexto da sua arqueologia, o mais importante seria compreender, justamente, as singularidades do objeto a ser estudado.

Nesse sentido, o historiador Paul Veyne (1998), analisando o trabalho de Foucault, argumenta que o filósofo leva a historicização às últimas consequências, já que a sua arqueologia, materializada no seu projeto de história efetiva, não é orientada por nenhuma concepção de continuidade e sequencialidade, também não incluindo nenhum tipo de *a priori* que não seja o propriamente histórico e contextualizante das formações discursivas. Podemos dizer, portanto, que o pensamento arqueológico de Foucault procurou retirar o máximo de metafísica da sua análise histórica, colocando o tempo histórico descontínuo como central no entendimento de sua obra arqueológica.

Gostaríamos de reiterar, contudo, que esse estudo é totalmente pautado no período arqueológico de Foucault, não levando em consideração as várias mudanças teóricas e argumentativas que o filósofo passou durante a sua carreira acadêmica, já que a sua obra, como um todo, é bastante oscilante.

3. TEMPO HISTÓRICO EM KOSELLECK

Reinhart Koselleck (1923-2006), historiador alemão praticante da chamada História dos Conceitos, também foi um pensador contemporâneo que se arriscou na teorização do tempo histórico. Para muito além de definir o que seria esse conceito, Koselleck pensou em como ele se dá na experiência humana ao longo dos mais diversos períodos – apesar de ter dado especial atenção para o período moderno. Ao nos debruçarmos nas teorias de tal historiador, devemos

ter em mente que a preocupação central de toda a sua obra é a discussão das condições de possibilidade das histórias.⁵ Referente à discussão de tempo histórico, portanto, Koselleck questionava quais as categorias epistemológicas que fundam a possibilidade de histórias.

Em *Estratos do Tempo* (2003), o autor continua o seu trabalho com conceitos como repetição, durabilidade e estrutura, os quais “fornecem os pilares do argumento principal do volume: a ideia de que a história consiste e se desdobra na interação entre vários *Zeitschichten* (estratos do tempo)” (OLSEN, 2012, p. 226). Nesse sentido, o autor propõe uma concepção de tempo histórico estratificado, argumentando que toda a história contém pelo menos três diferentes estratos dentro da estrutura temporal: o estrato *singular*, o estrato *recursivo* (repetitivo) e o estrato *transcendente*.

Como foi observado pelo cientista político Kari Palonen (2004), Koselleck teve dificuldade durante toda a sua carreira em diferenciar o “temporal” do “histórico” em termos linguísticos e, por isso, utilizou diferentes expressões para definir o tempo histórico. Nas últimas décadas da sua carreira, contudo, Koselleck se satisfaz com o conceito de estratos do tempo, os quais, no seu ponto de vista, eram a melhor definição possível da sua concepção de tempo histórico:

A expressão ‘estratos do tempo’ remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica. (...) Sua transposição para a história humana, política ou social, permite separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados. (KOSELLECK, 2014, p. 19)

O primeiro estrato temporal, chamado estrato *singular*, é o que contém as singularidades de um determinado evento e, portanto, o torna único para quem o experienciou. Este estrato, contudo, é condicionado pelo segundo estrato do tempo: o *recursivo*, ou repetitivo; o qual fornece eventos com bases narrativas que se assemelham. Koselleck exemplifica tal estrutura temporal com o fato de receber uma carta. Por um lado, a carta é singular e única, podendo chegar a ser extremamente significativa tanto para quem a enviou quanto para quem a irá receber. Por outro lado, tanto o fato de enviar a carta quanto o fato de a receber só é possível porque existe toda uma estrutura de entrega. O carteiro entrega uma enorme quantidade de cartas todos os

5 O próprio Koselleck faz essa afirmação na sua entrevista com Carsten Dutt que foi publicada em 2015 pela Universidade Federal de Ouro Preto.

dias e, por isso, tal evento torna-se repetitivo nesse outro referencial. De acordo com o historiador Niklas Olsen, “Koselleck apresentou a história como uma série de eventos *singulares* que são continuamente inscritos em vários níveis de estruturas *de repetição*” (OLSEN, 2012, p. 227).

Em um primeiro momento, pode-se entender que o estrato *singular* oferece uma “história mais efetiva” (KOSELLECK, DUTT, 2015, p. 317), pelas palavras de Koselleck, já que ela intervém nas atitudes mais individuais dos agentes, criando diariamente novas possibilidades de alteração do curso da história. Contudo, essas singularidades só são possíveis porque existem padrões de repetição já alicerçados na sociedade. “Se cada uma delas fosse singular, criar-se-ia um oco; se tudo fosse novo, não se saberia de modo algum onde se poderia agir” (KOSELLECK, DUTT, 2015, p. 317).

Paralelamente a esses dois estratos temporais, que tornam um evento tanto singular quanto repetitivo dentro de uma estrutura, existe ainda o terceiro estrato: o *transcendente*. Este último plano temporal refere-se a um tipo de repetição que vai além da experiência geral ou individual de uma pessoa, sendo englobada no que Koselleck chamou de “categorias antropológicas”.

As categorias antropológicas são, em sua maioria, pares antitéticos (oposições) entre si, os quais agiriam de diferentes maneiras e nos mais diversos eventos históricos. São elas: antes-depois; interior-exterior; acima-abaxo; precipitar-se para morte - poder matar; e amigo-inimigo. Sendo inerentes à natureza humana, essas categorias seriam o ponto fundamental para a movimentação do tempo histórico, “sem as quais (...) nenhuma história (Geschichte) é pensável” (KOSELLECK, DUTT, 2015, p. 313).

Nesse sentido, as categorias em questão resultam em formas de conflito, já que, na concepção do autor, a diferenciação temporal e social se dá, necessariamente, pela variação de conflitos, criando-se todo um sistema de alternância. Em outras palavras, a oposição intrínseca das categorias antropológicas cria conflitos dos mais diferentes tipos em todos os âmbitos da sociedade e, nesse sentido, é somente pela existência de conflitos (em níveis altos ou baixos) que se criam novas possibilidades de eventos: “Um conflito chega ao fim quando um novo conflito começa. Assim os próprios conflitos não se solucionam definitivamente, senão que propriamente apenas se dissolvem noutros conflitos estruturados” (KOSELLECK, DUTT, 2015, p. 315).

Analisando a obra de Koselleck, o pesquisador de Teoria Política Pedro Hermílio Castelo Branco (2006) comenta que as estruturas formais demonstradas no trabalho de Koselleck são, portanto:

Cíclicas ou se repetem, mesmo que as experiências concretas vividas singularmente no curto ou médio prazo abalem os afetados, já que as estruturas e os processos duradouros sobrevivem aos acontecimentos experimentados particularmente nos quais se desenrola a história, pois existem constantes antropológicas de diferentes durações em meio a uma constelação de fatores. (CASTELO BRANCO, 2006, p. 153)

Outra característica importantíssima da obra de Reinhart Koselleck diz respeito ao fato de o historiador ter dado bastante ênfase à singularidade da *Neuzeit* – a modernidade ascendente do século XVIII que mudou a marcha da humanidade. Na sua obra *Futuro Passado* (1979), a qual é um aglomerado de artigos do autor em momentos diversos de sua vida, Koselleck desenvolve uma interpretação da história como um todo na forma de uma teoria da modernidade. É nesse momento em que o autor trabalha os conceitos “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: o espaço de experiência diz respeito a toda experiência humana que um indivíduo entende como possível, enquanto o horizonte de expectativa é um cenário de futuro possível. Quando esses dois conceitos se afastam na mentalidade do indivíduo, isto é, quando a sua perspectiva de futuro vai muito além das suas experiências passadas, cria-se uma nova noção de tempo histórico.

Nessa perspectiva, tendo em vista os estratos do tempo, assim como as categorias antropológicas e as formas de conflitos – pontos extremamente fundamentais e centrais na concepção de tempo histórico de Koselleck –, podemos perceber que o autor utiliza um conjunto mínimo de pressupostos da experiência histórica, ou seja, categorias de certa forma genéricas, repetitivas e totalizantes do tempo histórico. A sua argumentação é estruturada, portanto, com base em uma ideia de continuidade que prevê esse pequeno grupo de categorias necessárias. Contudo, sabendo que a sua teoria de tempo histórico é materializada em camadas temporais e, portanto, baseada na multiplicidade temporal, a sua concepção de tempo não deixa de ser, na prática, descontínua. Isso também pode ser retificado na sua teoria da modernidade, em que, no final das contas, enfatiza as especificidades daquele período e demonstra as grandes discontinuidades históricas ali existentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo entendido de que maneira as noções de continuidade e descontinuidade são elementos de grande relevância nos trabalhos de Michel Foucault e Reinhart Koselleck, respectivamente, colocando em questão as concepções de tempo histórico presentes em ambos os autores, podemos perceber o quanto essa discussão é importante para o entendimento e interpretação dos eventos passados e, até mesmo, da própria escrita da história. Afinal, adotar uma ou

outra concepção de tempo histórico pode alterar quase que completamente o entendimento da história em si.

A visão histórica de Michel Foucault explicitada em sua fase arqueológica possui uma concepção bem descontínua do tempo histórico, visto que naquele momento o autor se mostra intensamente historicista e tem como principal objetivo o estudo das singularidades do objeto de pesquisa em si. Por essa ótica, o filósofo evitou ao máximo operar com categorias preestabelecidas metafisicamente ou partir de um ponto de vista sequencial e cronológico. Na sua teoria, não há uma noção contínua de temporalidade e nem uma linha cronológica que faça sentido teleologicamente. A concepção de tempo histórico de Foucault em seu período arqueológico pode ser considerada, portanto, dentro de uma descontinuidade radical.

Por outro lado, a concepção histórica de Reinhart Koselleck, materializada, tanto na teoria acerca dos estratos do tempo e das categorias antropológicas, quanto em sua teoria da modernidade com os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, acaba por ter nuances que a fazem ser mais difícil de classificar enquanto contínua ou descontínua. Contudo, apesar de o historiador em questão possuir uma visão da história que acaba por ser um pouco mais sistêmica, englobando um conjunto mínimo de pressupostos da experiência histórica que podem ser entendidos como categorias estruturais e totalizantes de sua teoria, o seu tempo histórico é formado justamente por diversos planos temporais que dependem um do outros e estão em constante relação dentro da mentalidade dos indivíduos. Nesse sentido, podemos dizer que o tempo que envolve a narrativa histórica de Koselleck pode sim ser considerado enquanto descontínuo.

As teorias e consequentes argumentos de ambos os autores são em si bastante divergentes, até por serem fundamentados a partir de pontos de partida distintos e, inclusive, levando em consideração o momento da obra de Foucault que foi escolhido para ser estudado, o qual é bem específico dentro da sua produção acadêmica. Entretanto, mesmo diante de tantas divergências, a noção descontínua de tempo histórico pode ser considerada um ponto de encontro na obra dos dois pensadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Villas Bôas. *A sociologia dos conceitos e a história dos conceitos: um diálogo entre Carl Schmitt e Reinhart Koselleck*. *Sociedade e Estado*, 21(1), 133-168.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *A Microfísica do Poder*. 25ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GONÇALVES, Jadson Fernando Garcia. *Foucault, a descontinuidade histórica e a crítica da origem*. In: *Revista Aulas*. Campinas, n. 3, 2007.

KOSELLECK, Reinhart; DUTT, Carsten. *História(s) e Teoria da História. Entrevista com Reinhart Koselleck*. *Ouro Preto*, n. 18, p. 311-324, 2015.

_____. *Estratos do Tempo. Estudo Sobre História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

_____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/Rio, 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende. *Tempo: Experiência, Reflexão, Medida*. In: *Heterocronias – Estudo sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.

MERQUIOR, José Guilherme. *Foucault*. Los Angeles: University of California Press, 1987.

OLSEN, Niklas. *History in the Plural. An introduction to the Work of Reinhart Koselleck*. New York: Berghahn Books, 2012.

PALONEN, Kari. *Die Entzauberung der Begriffe: Das Umschreiben der politischen Begriffe bei Quentin Skinner und Reinhart Koselleck*. Münster, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. 'Avant-propos à la nouvelle édition'. *La leçon d'Althusser*. 2ª ed. Paris: La Fabrique, 2012.

REIS, José Carlos. *Tempo e Terror. Estratégias de Evasão*. In: *História, a ciência dos homens no tempo*. Londrina: EDUEL, 2009.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1998.